

cescontexto

Direitos e Dignidade

Trajetórias e experiências de luta

IX Edição do Congresso Ibérico de Estudos
Africanos – VOLUME I

Organização

Maria Paula Meneses

Bruno Sena Martins

Nº 13

Abril de 2016

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2016

Agradecimentos

Esta coleção de trabalhos não teria conhecido a luz do dia se os/as colegas que organizaram as edições anteriores do Congresso não nos tivessem desafiado a dar continuidade ao projeto. À Itziar Ruiz-Gimenez Arrieta e à Clara Carvalho (e respetivas equipas), agradecemos pelo desafio e pelo apoio que nos prestaram.

Um agradecimento muito especial ao Centro de Estudos Sociais (CES), cuja equipa profissional assegurou a logística do evento, designadamente: à Alexandra Pereira, Inês Costa, André Caiado, Alberto Pereira e ao seu diretor executivo, João Paulo Dias. Em vários momentos, muitos foram os/as que nos apoiaram e ajudaram a dar corpo a esta iniciativa. Sem ser possível agradecer a todos/as, gostaríamos de referir especialmente o contributo da Romina Mello Laranjeira, da Carolina Peixoto, do Nuno Gonçalves, da Begoña Dorronsoro e do Carlos Nolasco. Um agradecimento especial à Inês Elias pela edição dos textos, assim como à coordenadora desta coleção, pelo apoio na edição dos três volumes que integram parte importante dos temas apresentados durante o congresso.

Os nossos agradecimentos estendem-se igualmente aos colegas da Comissão Organizadora do IX Congresso: Margarida Calafate Ribeiro (CES), José Luís Pires Laranjeira (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), Fernando Florêncio (Faculdade de Ciências, Universidade de Coimbra), Fabrice Schurmans (CES), Tiago Castela (CES), Elena Brugioni (Universidade do Minho), Sheila Khan (Universidade do Minho), Cristina Valentim (CES) e Inês Rodrigues (CES), que nos apoiaram no construir desta iniciativa.

Este congresso não teria tido lugar sem o apoio incondicional da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em cujas instalações este se realizou.

O reconhecimento do nosso apreço estende-se igualmente ao CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África), por todo o apoio dado e solidariedade para com a iniciativa (e a oferta de livros à biblioteca do CES). O nosso apreço igualmente a Peter Prout e à EuroSpan igualmente pelos livros oferecidos à biblioteca do CES.

Finalmente, a nossa gratidão às instituições que acreditaram no projeto e generosamente o apoiaram financeiramente, nomeadamente a Fundação Calouste Gulbenkian, o Banco BIC, a Fundação Portugal-África, a Porto Editora, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (especialmente através do projeto PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531) e a Associação IUNA.

Índice

Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins

Introdução..... 10

Bianca Pazzini, Gilberto Paglia Júnior e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger

A segregação no Brasil e a utopia da igualdade racial: Reflexões a partir da História, da Literatura e do Direito 14

Bruno Sena Martins

A violência colonial no Portugal democrático: memórias, corpos e silenciamentos 24

Carolina Peixoto e Iolanda Vasile

Dos traumas da (des)colonização ao mal-estar nas relações político-económicas atuais: o caso de Angola-Portugal..... 33

Miguel Cardina

O lugar do colonial nos discursos de Aníbal Cavaco Silva..... 49

Maria Paula Meneses

Só revendo o passado conheceremos o presente? Alguns dilemas das descolonizações internas em Moçambique 56

Luísa Marroni

Experiências de Colonialismo no Porto de 1934, na Primeira Exposição Colonial Portuguesa 67

Carla Patrícia Silva Ribeiro

História e Império. Exposições portuguesas e o estabelecimento de modelos de representação identitária: a Iª Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português 88

Cristina Portella, Maria Melícias e Verónica Leite de Castro

A descolonização de Angola nos jornais de Esquerda portuguesa (do 25 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975)..... 101

Alfredo Pazmiño

Génesis y empoderamiento del activismo social para la defensa de los Derechos Humanos de las personas Lesbianas, Gais, Bisexuales y Trans (LGBT) en el África Lusófona: El caso de la ciudad de Mindelo, Cabo Verde..... 113

Alain Souto Rémy

As autoridades tradicionais angolanas e o paradigma jurídico ocidental 131

Bruno Santos de Araújo Fernandes e Karla Gobo

As mudanças na relação Brasil-Portugal: uma análise acerca das colônias portuguesas na África na década de 1970 138

Sofia Roborg-Söndergaard e Paulo Castro Seixas

Entre dilemas e escolhas: Consciência cultural e tradução cultural nas ONGD 151

José Luiz Telles e Ana Paula Abreu Borges

Velhice desamparada? A transição demográfica na região da África Subsaariana e os desafios para os sistemas locais de saúde..... 169

Violeta Maria de Siqueira Holanda e Márcio Luiz Mello

A relação entre saúde e cultura nas práticas terapêuticas da Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ 182

A violência colonial no Portugal democrático: memórias, corpos e silenciamentos^{1,2}

Bruno Sena Martins,³ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
bsenamartins@gmail.com

Resumo: O silenciamento da Guerra Colonial portuguesa/Guerras de Libertação (1961-194) constitui um dos elementos mais estruturantes da reconstrução democrática e pós-imperial da sociedade portuguesa. Partindo de uma extensa recolha de histórias de vida de “deficientes das Forças Armadas”, o presente texto procura analisar as lutas pelo sentido trazidas pelas suas narrativas.

Palavras-chave: Guerra Colonial, Guerras de Libertação, Memória, Deficiência, Violência.

Introdução

Neste texto, auscultando os homens que viveram e fizeram a guerra, em particular os que ficaram marcados por uma deficiência no seu curso, refletimos sobre o lugar que a violência colonial ocupa na memória e na experiência social em Portugal.⁴

Identificamos um sistema de significado, dominante, no qual, durante décadas, a violência da Guerra Colonial foi ostensivamente apagada, silenciada e empurrada para o esquecimento. Este sistema de significado é aquele que se concerta com as representações míticas sobre a identidade portuguesa, nomeadamente a ideia, ainda vigente, de Portugal como uma potência colonial não violenta ou como um país de brandos costumes.

¹ Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito dos projetos PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531; PTDC/CS-SOC/102726/2008 - FCOMP-01-0124-FEDER-009271 e, também, no âmbito da bolsa de Pós-Doutoramento SFRH/BPD/81077/2011.

² Texto referente à comunicação apresentada no painel “Descolonizações? Avaliando as dimensões políticas, culturais e epistémicas das transições”, no *IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9)*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

³ É Doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra, sendo atualmente investigador no Centro de Estudos Sociais da mesma universidade, onde integra a equipa de investigação de vários projetos que se dedicam a temas como Guerra Colonial portuguesa e a inclusão social das pessoas com deficiência. Sempre enleado na questão das representações culturais, tem dedicado o seu trabalho de investigação aos temas do corpo, deficiência e conflito social.

⁴ Conforme refere Carlos Matos Gomes, aquando do final da Guerra Colonial, “*dos cerca de 170 mil homens nos três teatros de operações, cerca de 83 mil eram de recrutamento local, o que representa aproximadamente 48%*” (2013: 127). Dado bem evidente no importante contingente de populações brancas instaladas nas colónias – sobretudo nas colónias de povoamento, Angola e Moçambique - ou na magnitude da vaga migratória dos ditos retornados, após o 25 de Abril (cf. Castelo, 2007; Meneses e Antunes, 2013).

Identificamos outro sistema de significado, subalterno na sociedade portuguesa, em que a Guerra Colonial emerge não só como um facto incontornável da história recente de Portugal, desalojando o lugar ocupado por “*excesso mítico de interpretação*” (Santos, 1999: 49), mas como um facto que persiste marcando uma paisagem social no presente.

Assumimos uma perspetiva que, incidindo mormente na experiência dos “Deficientes das Forças Armadas” (DFA) que após a Guerra regressaram a Portugal, se encontra situada por um análogo trabalho de recolha junto dos combatentes africanos residentes em Moçambique, tanto os que lutaram pela independência de Moçambique (combatentes da Luta de Libertação Nacional), como aqueles que, tendo feito parte do exército português, após a guerra cumularam à deficiência o estigma da traição. Não sendo este o espaço para analisar a singularidade de cada um destes percursos, cabe sublinhar que os diferentes lados do pós-guerra se inscreveram em processos histórico-políticos sumamente distintos. Por exemplo, no que à contextualização narrativa da deficiência diz respeito, é suficientemente ilustrativo percebermos como nas histórias ex-combatentes da FRELIMO a deficiência surge como signo de um sacrifício conducente à conquista da autodeterminação e ao fim do jugo colonial, como um signo de uma narrativa heroica do sangue fundador de uma nação independente (ainda que o devido reconhecimento político desse sacrifício seja um ponto de acesa controvérsia). Num tal quadro, em que a Guerra Colonial ganha o nome de Luta de Libertação Nacional, a relação entre deficiência, memória social e narrativa pessoal encontra-se constituída em termos muito diversos dos oferecidos pela realidade portuguesa. Neste texto, centramo-nos no contexto português para analisar a persistência de uma construção colonial nos próprios mecanismos que fazem da violência colonial algo suficientemente longínquo ou insignificante para que se trivialize ou denegue.

1. Os Deficientes das Forças Armadas

Não é difícil supor as enormes repercussões de um conflito em que o exército português terá mobilizado mais de um milhão de homens ao longo de 13 anos, em que terão morrido 8 290 soldados, e em que o número de combatentes que adquiriram deficiências permanentes (físicas e psicológicas) se estima nas muitas dezenas de milhar (ADFA, 1999).

Nenhuma instância materializa tão bem o abandono e exclusão social vividos pelos DFA como o invariável espaço de moratória destes ex-combatentes no seu regresso da guerra: o Hospital Militar, em Lisboa. Como a gravidade das situações clínicas o justificasse, ou porque o acesso a cuidados médicos fosse escasso tal a quantidade de feridos face às estruturas de resposta, muitos DFA ficavam longo tempo, às vezes anos, no hospital militar de Lisboa. A toponímia de algumas das valências do hospital é esclarecedora. O designado “Depósito de Indisponíveis”⁵ exprime bem a sensação de abandono expressa por muitos dos ex-combatentes que ali viveram (sentindo que ali foram literalmente depositados); já o “Texas”, designação informal popularizada do anexo do Hospital Militar Principal,⁶ refere o ambiente de cais e desordem generalizada (qual *far west*) que se vivia.

Relativamente aos DFA, tudo se passa numa contradição entre o “excesso de memória” destes ex-combatentes (na medida em que carregam as marcas biográficas, psicológicas e

⁵ Situado no Largo da Graça.

⁶ Situado na Rua da Artilharia 1.

corpóreas da Guerra Colonial) e o manifesto silêncio da sociedade portuguesa face a um tão significativo conflito. Assim, a fim de entendermos cabalmente este desencontro, convém perceber alguns fatores e conjunturas que potenciaram o ativo de apagamento da memória Guerra Colonial da memória social portuguesa.

Em primeiro lugar, importa perceber que o Movimento das Forças Armadas, responsável pela revolução, nasce do descontentamento de oficiais de níveis intermédios em relação à guerra. Ou seja, o poder que se estabelece no 25 de Abril é fortemente marcado pela presença de militares que, a despeito das suas posições críticas – corporativas ou políticas – em relação à guerra, foram parte ativa no esforço de guerra. Assim, o tema da guerra implicava os mesmos agentes que se tornaram responsáveis pela revolução e que assumiram inequívoco protagonismo na transição democrática. Se ao regime ditatorial cabe, inequivocamente, a responsabilidade política pela assunção de guerra, o regime democrático nasce pela mão de um movimento de militares que, tendo estado implicados na guerra, estavam longe de verem de um modo inteiramente distanciado.

Em segundo lugar, sendo verdade que a evocação condenatória da guerra estava constrangida pelas figuras que protagonizaram a mudança de regime, pouco espaço haveria para a sua evocação através da reivindicação heroica. Vários fatores explicam este facto, a saber: a noção de que, mesmo do ponto de vista estratégico-militar, se tratou uma guerra perdida⁷ (ou, pelo menos, que não poderia ser ganha); a deposição dos poderes políticos que sustentaram a bondade patriótica da guerra; e a condenação internacional a uma guerra que, no seu esforço de deter a vaga de descolonizações, percebidas inevitáveis, se veio conceber, quase consensualmente, como absurda e anacrónica. Portanto, a ‘comunidade imaginada’ (Anderson, 1983) que em Portugal se constituiu após o 25 de Abril extirpou a guerra do seu passado, não obstante ser um recente facto com enorme impacto ou, se quisermos, talvez exatamente por causa da magnitude do impacto traumático que dela resultou.

Paul Ricoeur exprime bem o desafio que o testemunho coloca conquanto nos remete para ‘testemunhas históricas’ cuja capacidade de demover os lugares comuns – acerca da sociedade e do seu passado – muitas vezes corresponde à solidão da memória:

[...] em última análise, o nível elementar da segurança da linguagem numa sociedade depende confiabilidade, e portanto na prova biográfica de cada testemunha, caso a caso. É contra este fundo de suposta confiança de que emerge, tragicamente, a solidão das “testemunhas históricas” cuja experiências extraordinárias dificultam a capacidade para uma compreensão habitual e ordinária. Mas existem também testemunhas que nunca encontram uma audiência capaz de as ouvirem ou de escutarem o que têm a dizer. (Ricoeur, 2004: 167)

A solidão das testemunhas, neste caso, resulta do modo como o silenciamento da guerra produz como “extraordinárias” as experiências – afinal tão triviais – daqueles cujas biografias ficaram marcadas pelo irremediável da guerra. Mais do que a confiabilidade, o que aqui avulta é, pois, a falta de interlocutores que validem as violências impostas pela guerra. A possibilidade de partilha do trauma e da violência é, assim, um elemento essencial para a resignificação do sujeito isolado pelo excesso de memória:

⁷ Facto mais flagrante em Moçambique e na Guiné-Bissau do que em Angola.

O trauma partilhado por uma comunidade inteira cria um espaço público potencial para reenunção. Se uma comunidade concorda que os eventos traumáticos aconteceram e incorpora este facto na sua identidade, então a memória coletiva sobrevive e a memória individual pode encontrar um lugar (ainda que transformado) dentro dessa paisagem. (Kirmayer, 1986: 189-190)

Estamos perante a busca de hospitalidade à memória e ao reconhecimento da identidades passíveis de se afirmarem dentro de uma comunidade, numa transformação recursiva entre sujeito e narrativa social:

O espaço social ocupado por histórias de populações marcadas por feridas pode permitir que se quebrem os códigos culturais rotineiros veiculando contradiscursos que ponham em causa os significados adquiridos acerca de como as coisas são. Dessas histórias desesperadas e subjugadas pode bem surgir o apelo que altere os lugares comuns – tanto ao nível da experiência coletiva como da subjetividade individual. (Kleinman e Das, 2001: 21)

A memória da Guerra Colonial constitui um espectro que assola, ainda, a sociedade portuguesa. Para as representações hegemónicas os DFA constituem algo de uma presença fantasmática, corpos estranhos à narrativa social dominante cujas vozes remetem para um tempo radicalmente inscrito no passado ou determinado como não existente.

Para os DFA a deficiência emerge como o segundo fator na produção de uma exterioridade em relação à sociedade portuguesa. Conforme fica patente nos diversos relatos sobre o regresso a Portugal e sobre a busca de itinerários de inclusão social, os Deficientes das Forças Armadas, não obstante algumas as garantias que foram conquistadas na legislação compenstória, confrontaram-se e confrontam-se com a fortíssima discriminação social a que as pessoas com deficiência estão expostas na nossa sociedade. Assim, mesmo após uma reconstrução pessoal e colectiva em que a difícil herança da guerra é assumida como parte de percurso a ser empreendido, permanece um linha de desigualdade social que junta, excluindo, os DFA às demais pessoas com deficiência. A realidade pessoas com deficiência em Portugal persiste marcada por fortíssimas condições de marginalização social e exclusão económica (Martins, 2006). Tal perpetuação acontece a despeito das sucessivas transformações legislativas e das políticas sociais que foram sendo introduzidas nas últimas décadas.

Reside esse entrave numa conceção de deficiência que se encontra profundamente ancorada a uma ‘narrativa da tragédia pessoal’ (Oliver, 1990), uma gramática cultural que permeia as vidas das pessoas com deficiência qual poderoso referente que cria as condições da sua verdade.

À semelhança do que acontece noutras sociedades, as pessoas com deficiência em Portugal estão sujeitas a enormes obstáculos à sua participação social: atitudes e conceções discriminatórias, barreiras arquitetónicas e comunicativas, apoio inadequado no acesso à educação, critérios excludentes no acesso ao mercado de trabalho, salários baixos e condições de trabalho precárias. Se é verdade que as estruturas e valores excludentes das pessoas com deficiência são comuns em muitas sociedades, este aspeto – relativamente a outros países – é agravado em Portugal pela fragilidade do movimento social de pessoas com deficiência (Martins, 2006; Fontes, 2009). Trata-se de um movimento cuja capacidade reivindicativa é, ainda, muito reduzida, porventura uma duradoura consequência do controlo que o Estado exerceu sobre a sociedade civil durante a longa ditadura do século XX (Santos e Nunes, 2004). Ao contrário do que acontece, por exemplo, no Reino Unido ou nos Estados Unidos da América, onde a politização da deficiência tem tido um importante impacto (Barnes, 2003; Hahn, 2002), em Portugal prevalecem as abordagens que fatalistas que individualizam a deficiência e naturalizam suas implicações. Dadas as condições de vida das pessoas com deficiência, as organizações que as representam, desde o início, têm-se investido mais na

provisão de serviços, funcionado como uma extensão do Estado Social. Desse modo, os recursos humanos disponíveis nas organizações tendem a ser desviados de um posicionamento político passível de transformar a sociedade – naquilo que são as suas estruturas discriminatórias das pessoas com deficiência.

Neste particular, cabe reconhecer o importantíssimo papel da ADFA enquanto parte ativa na reivindicação política. Na verdade, muitos dos direitos legislativos adquiridos pelas pessoas com deficiência após o 25 de Abril foram inicialmente conquistados pelos ‘deficientes de guerra’ e só mais tarde alargados à generalidade das pessoas com deficiência. No entanto, podemos dizer que a ação da ADFA tem sido mais contundente na demanda de compensações financeiras pelas deficiências adquiridas na guerra, do que na construção de uma sociedade inclusiva em que as pessoas com deficiência possam participar de uma forma cabal.

A luta assumida pelos Deficientes das Forças Armadas (DFA) entre 1974 e 1975, sob diversas formas — manifestações, tomada de espaços públicos, etc. —, granjeou à ADFA um reconhecimento público e político que se mostrou essencial tanto para a legislação que viria a ser promulgada para garantir reparações como para a afirmação da ADFA enquanto um interlocutor merecedor da atenção do poder político. Como dizíamos, a luta dos DFA, sem dúvida, um importante efeito em muita da legislação e das estruturas de reabilitação que depois seriam alargadas às demais pessoas com deficiência. Esta associação detém hoje cerca de 14 mil associados e, além da representação política dos interesses dos DFA, dos direitos e reparações, presta serviços aos associados e suas famílias, fundamentalmente ao nível do apoio jurídico e administrativo, mas também na vertente médico-social. Devido à especificidade das reivindicações da ADFA, as suas conquistas e agendas não são inteiramente transponíveis para as demais pessoas com deficiência. Ou seja, o elevado poder reivindicativo da ADFA na defesa intransigente dos direitos dos DFA, seja pelo modo como historicamente soube dar prova da sua capacidade de mobilização, seja pela elevada dívida simbólica que as deficiências adquiridas ao serviço da nação colocam ao Estado, terá feito mais pelas compensações atribuídas aos DFA do que, propriamente, por transformação social capaz de criar uma sociedade inclusiva para as pessoas com deficiência.

2. A Violência Colonial

Quando nos debruçamos no modo como a guerra surge nas histórias dos DFA, confrontamos com as múltiplas instâncias da violência: violências sofridas, violências testemunhadas ou perpetradas. Em relação à generalidade dos ex-combatentes, os testemunhos dos DFA têm de singular a invariável existência de um evento ou experiência que, engendrando uma deficiência, estabelece um antes e depois nas suas vidas.

Na gramática da violência a que os combatentes estiveram sujeitos, o momentos que inscrevem a deficiência nas suas vidas não são, em si, necessariamente, excepcionais. O convívio com corpos de companheiros mutilados, com o medo do rebentamento de uma mina antipessoal, com a incerteza das emboscas, de algum modo trivializava os episódios que puderam suscitar marcas irreversíveis. No entanto, o facto de essa violência se inscrever de forma definitiva no próprio corpo, como inapagável marca da existência, carrega, do ponto de vista da experiência vivida e da biografia, um singularidade que é, em larga medida, aquela que se liga à incomensurabilidade – ou difícil comunicabilidade – da experiência incorporada. As implicações da deficiência não são separáveis das lógicas discriminatórias e excludentes em vigor nas nossas sociedades, no entanto, reconhecemos igualmente que para muitas dos DFA a guerra trouxe, por via de um ferimentos ou de memórias disruptivas, transformações

(corpóreas, ontológicas, fenomenológicas) que transcendem as possibilidades de ‘restituição’ social.

Estamos, pois, em face de realidades que fogem às apreensões discursivas, e onde o corpo vivido assoma com incontornável vigor. A esta dimensão do sofrimento pessoal, eminentemente corporal, não totalmente apreensível na sua relação com elementos sociais, chamamos angústia da transgressão corporal (Martins, 2006, 2008). A angústia da transgressão corporal refere-se à vulnerabilidade na existência dada por um corpo que nos falha, que transgride as nossas referências na existência, as nossas referências no modo de ser-no-mundo. Assim entendida, a angústia da transgressão corporal concita-nos a reconhecer dimensões de dor, sofrimento e ansiedade existencial onde, contra sedimentada negligência, o corpo vivido e o conhecimento incorporado e as emoções adquirem estatuto nobre nas reflexões sócio-antropológicas.

Quando nos centramos nos eventos que causaram a deficiência nas longínquas frentes de combate, os DFA emergem marcadamente como vítimas da história: instrumentos de uma guerra cujos termos raramente percebiam e cuja justiça, hoje, poucos subscrevem.⁸ Pese embora as diferentes visões políticas sobre a guerra que constituem o universo do Deficientes das Forças Armadas, pese embora a incipiente posição crítica que tendeu a marcar a hora da partida dos jovens combatentes, é lícito dizer que o universo dos Deficientes das Forças Armadas é dominado por um posicionamento de condenação da guerra. Tal quadro deve-se, como acima referimos, a alguns fatores que nalguns casos se cumularam: deve-se à perspetiva histórica forjada seja pelo 25 de Abril, seja ao reconhecimento dos ventos da história que um pouco por todo o mundo vieram a sancionar a legitimidade da senda anticolonial pela autodeterminação dos povos: deve-se ao confronto pessoal com a violência da guerra e iniquidade do colonialismo; deve-se ao modo como a deficiência adquirida exacerbou a noção de uma guerra sem sentido ou o sentimento de força descartável; deve-se, igualmente, como veremos à frente, ao modo como a própria AFDA se veio a estabelecer politicamente contra uma narrativa de celebração heroica, bem patente no mote que viria a ser consagrado: “A Força Justa das Vítimas de uma Guerra Injusta!”.

No entanto, atentando às muitas formas de aparição da violência nas experiências e narrativas que nos foram sendo confiadas, logo percebemos a insustentabilidade de uma narrativa que configure os DFA como meras vítimas. Vítimas e perpetradores e testemunhas de violência: são vítimas da guerra no sentido em que nela adquiriram deficiência, no sentido em que muitos lutaram um combate que nunca sentiram como seu, mas são vítimas paradoxais: porque foram parte de um exército imperialista, e porque muitas das suas histórias retratam-nos, igualmente, como perpetradores de violências.

Nos relatos que nos foram sendo confiados, o impacto deferido pelos atos cometidos na guerra prende-se com atos censuráveis cometidos sobre as populações enquanto episódios da violência da guerra muitas vezes sob o ímpeto colérico de vingar a morte ou ferimento de um

⁸ O distanciamento em relação à justeza da guerra exprime tanto o desconhecimento ou a incipiente formação política com que muitos dos DFA foram enviados para a guerra, mas exprimirá, igualmente, um processo posterior de renúncia a causas patrióticas anteriormente abraçadas: pelo impacto do sentimento de abandono e injustiça que se seguiu à deficiência; pelo modo como a ADFA se constitui com base numa ideologia, amplamente dominante, de uma condenação da guerra; e pelo efeito da queda do regime ditatorial e os seus ‘regimes de verdade’.

camarada ou de punir as populações por suspeita de conluio com o inimigo. De igual modo, estes momentos mais afeitos a reprovação ulterior surgiam no trato com os prisioneiros.

Esta consciência que nalguns DFA consagra uma autorreflexividade memorativa, que concilia o reconhecimento de próprio sujeito enquanto vítima e agressor, é diferentemente avivada pela noção do excesso e da responsabilidade pessoal, pela assunção do vazio de valores morais imposto pelo absurdo da guerra, ou pelo facto de que julgamento da história esmagadoramente definir Portugal como o agressor colonialista, anacronicamente travando os ventos da mudança. No fundo, muitas vezes, o aporismo entre o simultâneo reconhecimento da violência sofrida e a violência exercida justapõe-se, sem um encaixe estabilizado, ao aporismo do reconhecimento do duplo lugar de ex-combatente de um exército colonial e crítico da violência colonial e das suas consequências.

Conclusão

Além da violência de deficiência infligida devido à Guerra Colonial, além da violência da discriminação imposta na nossa sociedade sobre as pessoas com deficiência, os DFA confrontaram-se durante a parte mais significativa das suas vidas com a violência do silenciamento das suas experiências, marcadas que foram por uma guerra que, antes e depois do 25 de Abril, foi ‘interditada’ do espaço e do debate público. Ainda que o espaço associativo como o da ADFA, ou o espaço convivial dos jantares de batalhão ou de companhia recuperem essas experiências, socializando-as, isso acontece mormente num circuito relativamente fechado. A solidão da vivência e da marca traumática da guerra (corpórea ou relativa à memória) foi e é continuamente experimentada nas suas vidas sociais quotidianas (família, trabalho, comunidades de residência). Não obstante o reconhecimento das trajetórias particulares que engendraram um longo desencontro entre a memória vivida da Guerra Colonial e o justo reconhecimento da centralidade histórica deste conflito, acreditamos que, em última instância, a incomodidade trazida ao corpo social pelos DFA reflete algo de mais fundo. Referimo-nos ao modo como no Ocidente a experiência colonial persiste sendo ativamente produzida como inexistente, numa óbvia perpetuação daquilo a que Boaventura chama as ‘linhas abissais da modernidade’ (Santos, 2007).

As narrativas dos DFA, no modo paradoxal como nos permitem aceder à violência colonial, constituem uma perspectiva muito particular de uma gramática mais ampla que nos instiga à busca de diálogos e de sujeitos que, a Sul, nos trazem de latitudes onde o esquecimento da senda colonial nunca chegou a ser uma hipótese. O silenciamento da Guerra Colonial portuguesa (1961-194) constitui um dos elementos mais estruturantes da reconstrução democrática e pós-imperial da sociedade portuguesa. Partindo de uma extensa recolha de histórias de vida de ‘deficientes das Forças Armadas’, o presente texto procura analisar as lutas pelo sentido trazidas pelas suas narrativas. Por um lado, procuramos perceber os termos de um confronto entre uma memória da violência, corporalmente inscrita, e a denegação da violência colonial no senso comum do Portugal democrático. Por outro, procuramos compreender de que modo a noção de uma guerra evitável e injusta, crescentemente sedimentada após o seu ocaso, cria um paradoxo para aqueles que, tendo sido parte de uma força agressora, se configuram como vítimas.

Referências

- ADFA (1999), *ADFA 25 anos: 1974-1999*. Lisboa: Associação dos Deficientes das Forças Armadas.
- Anderson, Benedict (1983), *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- Barnes, Colin (2003), "What a Difference a Decade Makes: reflections on doing 'emancipatory' disability research", *Disability & Society*, 18(1), 3-17.
- Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África: o Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento.
- Das, Veena; Kleinman, Arthur (2001), "Introduction", in Arthur Kleinman; Veena Das; Margaret Lock; Mamphela Ramphele; Pamela Reynolds (orgs.), *Remaking a World: Violence, Social Suffering and Recovery*. Berkeley: University of California Press.
- Fontes, Fernando (2009), "Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: da caridade à cidadania social", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 73-93.
- Gomes, Carlos de Matos (2013), "A Africanização na Guerra Colonial e as suas Sequelas Tropas Locais – Os vilões nos ventos da História", in Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (org.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 123-142.
- Hahn, Harlan (2002), "Debates and Political Advocacy: The US Disability Movement", in Mike Oliver; Len Barton, (org.), *Disability Studies Today*. Cambridge: Polity Press.
- Kirmayer, Laurence (1996), "Landscapes of memory: trauma, narrative, and dissociation", in Paul Antze; Michael Lambek (org.), *Tense past: cultural essays in trauma and memory*. New York: Routledge, 173-198.
- Martins, Bruno Sena (2006), *E se eu fosse cego: narrativas silenciadas da deficiência*. Porto: Afrontamento.
- Martins, Bruno Sena (2008), "The suffering body in the cultural representations of disability: the anguish of corporal transgression", in Thomas Campbell; Fernando Fontes; Armineh Soorenian; Chris Till (org.), *Disability Studies: emerging insights and perspectives*. Leeds: The Disability Press.
- Meneses, Maria Paula; Gomes, Catarina (2013), "Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa", in Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (org.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 59-107.
- Oliver, Michael (1990), *The Politics of Disablement*. Houndmills: The Macmillan Press.
- Ricoueur, Paul (2004), *Memory, history, forgetting*. Chicago: University of Chicago Press.

Santos, Boaventura de Sousa (1999), *Pela Mão De Alice: O Social e o Político Na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

Santos, Boaventura de Sousa; Nunes, João Arriscado (2004), "Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal", *South European Society & Politics*, 9(2), 1-15.